**Educação colonial Moçambicana**

**Introdução**

O presente artigo científico, discute sobre a Educação no Período Colonial em Moçambique. Como forma de levar ao conhecimento da Historia da Educação Moçambicana, trazendo as principais características da educação colonial portuguesa em Moçambique, como parte integrante da Historia de Moçambique, procura-se discutir neste artigo questões relacionadas as formas de actuação, valores ou objectivos da educação colonial. Para a efetivação deste artigo recorreu-se a pesquisa meramente bibliográfica o que nos levou a consulta de livros e artigos publicados, dissertação, entre outras. O artigo levanta questões relacionadas aos objectivos da educação colonial, características desde o ensino primário ao ensino superior.

**Resumo**

Neste artigo científico tratou-se sobre a Educação no período colonial em Moçambique, com ele pretende-se trazer aqueles que são os contornos da Historia da educação colonial em Moçambique como parte integrante da história de Moçambique. Destaca-se aqui a intenção primordial da educação colonial portuguesa, que era simplesmente a de formar indivíduos submissos que não pudessem pensar para resolver os problemas da sua pátria. Era preciso formar pessoas submissas que pudessem apoiar a dialogar com as comunidades com a intenção de inculcar os ideais coloniais para isso devia-se delegar a igreja como parte integrante da colonização portuguesa aos moçambicanos algumas tarefas na educação principalmente da moral crista. Nas mãos da igreja a educação colonial moçambicana não era abrangente e deixava enormes lacunas no tocante ao conhecimento cientifico uma vez que cabia a igreja dotar ao nativo de ferramenta da arte e ofícios e ainda da moral crista. O Ensino superior surge como uma tentativa de manter o império colonial português ainda activo no sentido de que os filhos dos colonos não pudessem abandonar a colonia e ao mesmo tempo que continuavam com os estudos.

**Palavras-chaves**: Educação, Discriminação Colonial.

**Educação no período Colonial**

Quando os Portugueses chegaram a terra que se chama Moçambique, encontraram sociedades organizadas com a sua própria forma de vida, cultura, e ainda educação própria.

Porem, o governo colonial português não pretendia manter a educação nativa, uma vez que pretendia moldar a sociedade moçambicana á metrópole portuguesa.

Tal situação é bastante clara na carta Pastoral do Cardeal Gouveia em 1960, citada por Mondlane (1995:56)

Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade para os ensinar a ler, escrever e a contar, não para os fazer “doutores” (…). Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protege-los da atracção das cidades, o caminho que os missionários católicos escolheram com devoção e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social para a província (…) as escolas são necessárias, sim, mas escolas onde ensinemos aos nativos o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que os protege.

Nesta carta dirigida ao governador Português, o cardeal Gouveia deixa claro a intenção colonial sobre os objectivos da educação colonial, a clara vontade de ‘não formar doutores’ era preciso ensinar o negro moçambicano a ser submisso, e não um ser pensante.

Neste período a escola par os moçambicanos serviam para os ensinar a submissão, a servidão e escravidão e não para formar massas pensantes.

Assim o Moçambicano devia ir a Escola para saber o mínimo para servir o colonizador. Logo toda a tentativa de progressão devia ser banida. Com isso foram desenhadas algumas estratégias para impedir o negro moçambicano a prosseguir com os estudos. Senão vejamos:

*Uma educação discriminatória*: a educação colonial era caracterizada como discriminatória uma vez que a mesma manifestava-se em diferenciações dae escolas. Existiam escolas para os nativos negros e escolas para os brancos portugueses.

O Diploma Legislativo no 238, de 17 de Maio de 1930, citado por Mazula (1995:80), justificava a separação das escolas devido aos objectivos. Assim pode ler-se:

* Artigo 1º: “o ensino indígena tem por fim conduzir gradualmente o indígena da vida selvagem para a vida civilizada formar-lhe a consciência de cidadão português e prepara-lo para a luta da vida, tornando-se mais útil a sociedade e a si próprio”.
* Artigo 7º: “o ensino primário rudimentar destina-se a civilizar e nacionalizar os indígenas das colónias, difundindo entre eles a língua e os costumes português.

Nestes artigos pode-se destacar o nível de percepção do colonizador em relação ao colonizado, ve-se ainda o grau de superioridade patente no governo colonial português a que a sua educação e cultura aparecem como as mais desenvolvidas em detrimento das outras.

Quando afirma por exemplo que ‘o ensino primário rudimentar destina-se a civilizar e nacionalizar os indígenas (…). Idem (1995)’

Muito criticada a nível das Nações Unidas, Portugal colonizador procurou a todo custo justificar esses tratamentos alegando que haveria sim uma necessidade de levantar essas diferenciações uma vez que as crianças nativas diferencia-se das outras crianças do mundo evoluído portanto a criança nativa devia antes sofrer um preparo, já as crianças brancas já em detrimento das outras eram mais desenvolvidas uma vez que já falavam a língua portuguesa e já possuíam valores da cultura portuguesa. Contudo o facto de as crianças negras não avançarem não era a discriminação e sim a falta de escolas elementares para atender a demanda de crianças negras existente.

Contudo há evidências de inibição da progressão nos estudos para as crianças negras moçambicanas. Senão vejamos

*Barreiras na progressão aos estudos*: esta manifestou-se através de varias normas instituídas na educação colonial especialmente para negros. Como por exemplo a idade de ingresso na escola. A idade máxima de ingresso no ensino primário era de 13 anos porem a criança negra ficava no ensino de adaptação ( onde supostamente devia aprender a noções da língua portuguesa, leitura e escrita, e aprender a contar), contudo se a criança moçambicana iniciava o ensino de adaptação aos 7 anos e este durava três anos muitas vezes só conseguiam passar o exame de adaptação após completar os 12 ou 13 anos sendo assim não poderiam continuar o ensino primário. Mondlane (1995:58).

Aliado a esta barreira instituída as crianças nativas deparamo-nos com o facto de que a igreja católica que é a responsável pela educação indígena não dispõe do 5º ano, dai que muitos moçambicanos que pretendem continuar com os estudos deveriam se dirigir para as escolas privadas, o que dificultava ainda mais a sua situação devido aos custos elevados destas Instituições.

A igreja católica tomou as rédeas da educação pública colonial com a assinatura da Concordata em 1940 entre o governo colonial Português e a igreja católica. Com este acordo a igreja católica ficava a responsabilidade da gestão das escolas públicas para indígenas, privilegiando o ensino da moral, artes, oficio nas missões.

Outro factor inibidor da progressão escolar dos moçambicanos no período colonial era o factor localização, visto que as escolas para indígenas ou seja as escolas publicas estavam localizadas nas zonas rurais enquanto que, nas zonas urbanas estavam as escolas para os filhos do brancos e as privadas, por conseguinte era nas zonas rurais onde o nível de absentismo eram elevados e o que trazia consequentemente baixo rendimento como apresenta Belchior citado por Mazula (1995:88), “enquanto o ensino oficial e particular exercem a sua acção predominantemente em meio urbano, as missões actuam em geral nos meios rurais onde o absentismo escolar assume grandes proporções’’.

A Descriminação estava assente não só nas escolas primárias ou nos níveis iniciais, este facto era visto em todo o sistema de educação colonial português. As Escolas Secundarias por exemplo surgem maioritariamente nas cidades com a clara visão de que o objectivo não era para a população nativa que maioritariamente vivia nas zonas rurais. Encontramos alguns exemplos como os liceus oficiais de António Enes Salazar (Hoje Samora Machel) e Dona Ana da Costa Portugal de Lourenço Marques, Liceu Pêro de Anaia na cidade da Beira, em 1963/64 com 1256 alunos e em 1964/65 com 1397 alunos. O liceu Nacional de Quelimane hoje escola Secundaria 25 de Setembro fundado em 1960 frequentado por uma minoria colonial e seus colaboradores fala-se de uma media de 15 a 25 alunos por turma e Nampula, em muitos colégios e externatos localizados em todas as cidades e vilas mais importantes da Província “estes estabelecimentos do ensino secundário eram frequentados, em 1967/68 por 9541 alunos”.

Sem apoio da igreja católica e do Governo colonial português emergem nas cidades algumas escolas privadas maioritariamente criadas pelas igrejas protestantes, trazendo assim um novo ar para os nativos moçambicanos que pretendiam prosseguir com os estudos. Em meio aos desafios com o governo colonial algumas escolas técnicas persistiram e é la onde alguns moçambicanos conseguiram frequentar o nível secundário.

No que toca ao ensino superior, Desde 1963/64 que funcionavam em Lourenço Marques os Estudos Gerais e Universitários, células da universidade portuguesa, ministrando cursos de medicina, engenharia (todos os ramos), veterinária, agronomia, ciências pedagógicas.

Na abertura do ano lectivo 1964/65 o discurso do Governador-geral citado por Taimo (2010) deixava claro que a criação do Centro de Estudos de Lourenço Marques era na verdade uma resposta às pressões internacionais e ainda uma clara evidencia de que não havia intenção nenhuma do governo colonial português deixar as terras do Indico uma vez que a Universidade como forma de manter os filhos dos colonos residentes em, moçambique a continuar com os estudos é por essa razão que ate 1975 apenas 1 entre 10 estudantes eram moçambicanos.

A criação dos estudos gerais universitários poderiam ser vistos como um avanço para o acesso à educação mas, por causa do carácter excludente do sistema de educação português, muitos moçambicanos não podiam ter acesso a ela. Taimo (2010).

O Reitor dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, Professor Doutor Viega Simão, no seu discurso na cerimónia de inauguração, recupera a ideia de extensão da universidade portuguesa, assim como ressalta o facto de a universidade estar a ser inaugurada em momento de crise e o seu compromisso de honrar o papel que esta tem para Portugal.

No concernente aos conteúdos mediados a educação colonial portuguesa segundo Mondlane (1995) privilegiava as matérias relacionadas a língua portuguesa, Geografia das descobertas e conquistam portuguesas, moral cristã, trabalhos manuais e agricultura. Ou seja para a educação publica para os indígenas assim como nos níveis transcendentes eram privilegiadas conteúdos intimamente ligados a metrópole, conteúdos este que apoiavam na visão de Portugal como uma potencia económica, social e politicamente estável, uma metrópole vencedora, temida, etc. eram ministrados conteúdos como a Historia das descobertas onde eram sublevados viajantes portugueses como Vasco da Gama. Conteúdos relacionados com a cultura, Historia, Geografia africana ou especificamente moçambicana eram desvalorizados, aliais eram inibidos os hábitos e costumes locais, a historia local era menosprezada, relacionava-se aos hábitos e costumes locais como ‘animais’ selvagens, primitivos, etc.

# Referencias

MAZULA, Brazão, Educação. *Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975 – 1985 em busca de fundamentos filosficos-antropológicos*, Maputo, edições afrontamento e fundo Bibliográfico de língua portuguesa, 1995.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*, Maputo, Colecção Nosso Chão, 1995

TAIMO, Jamisse Uilson. *Ensino Superior em Moçambique: Historia, Politica e Gestao,* S.Paulo: Piracicaba, 2010.